

JUNTA-TE
JUNTA-TE
JUNTA-TE
JUNTA-TE
JUNTA-TE
JUNTA-TE
AO BLOCO



bloco.org/adere



Foto: Paula Nunes

Todas e todos somos necessários para uma esquerda mais forte, que coloque no centro da política a dignidade de todas as pessoas, a justiça na economia, a responsabilidade ambiental. Junta as tuas ideias ao Bloco de Esquerda, inscreve-te e participa connosco na construção de uma alternativa socialista e popular.

CATARINA MARTINS



Foto: Carlos Barroso, Lusa

AS VACINAS SÃO UM BEM COMUM, NÃO SERVEM PARA DAR LUCROS

O sistema de patentes privadas está a atrasar a vacinação e a criar graves desigualdades. Portugal deve lutar para poder produzir vacinas e importar as que entender.

Depois de financiarem a descoberta das vacinas com investimento público, os Estados deixaram as patentes nas mãos das gigantes farmacêuticas. O ritmo de produção ficou subordinado ao interesse destas, a maximização de um negócio sem precedentes. Mal anunciou o sucesso nos ensaios da sua vacina, o presidente da Pfizer vendeu parte das suas ações, ganhando quatro milhões de dólares num dia. A Moderna e a Pfizer prometeram aos seus acionistas encaixes entre 5 e 15 mil milhões.

Hoje, a Comissão Europeia encontra-se na humilhante posição de mendigar as vacinas contratadas com as empresas que financiou. No primeiro trimestre, as farmacêuticas entregaram a Portugal menos de metade das vacinas previstas. Os cidadãos pagaram e agora os Estados não decidem. Um negócio que demonstra o resultado do liberalismo, da captura das instituições e da incompetência pura.

As patentes das vacinas devem ser quebradas e divulgadas.

Em vez de secretas e privadas, as fórmulas das vacinas devem ser públicas e divulgadas, para que toda a capacidade de produção possa ser utilizada.

ONU CRITICA "CATASTRÓFICA FALÊNCIA MORAL"

Já morreram mais de dois milhões de pessoas por causa da covid, fora as que não entram nas estatísticas. Essas vidas valem mais do que os lucros deste negócio.



Foto: Eduardo Costa, Lusa

Bloco

MARÇO 2021 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PODEMOS CORTAR 7000 MILHÕES NA RESPOSTA À CRISE?

ANTÓNIO COSTA NÃO GASTOU PARTE DO ORÇAMENTO QUE PODIA TER ALIVIADO AS PESSOAS.



Foto: André Kusters, Lusa

Quando o Orçamento para 2020 foi aprovado, ainda ninguém podia adivinhar a pandemia. E assim, a meio do ano passado, foi necessário dar ao Governo mais recursos para a resposta de saúde e os apoios sociais. No Parlamento, o Bloco de Esquerda ajudou a viabilizar esse orçamento adicional.

Sabe-se agora que o Governo não usou esses recursos. Na realidade, não chegou a gastar sequer o que já tinha orçamentado antes de chegar a pandemia.

PORTUGAL É DOS QUE MAIS PRECISA MAS MENOS INVESTE.

Ao todo, são quase 7000 milhões de euros que o governo considerou necessários, orçamentou, mas não usou. É o mesmo valor que gastamos no sistema escolar durante um ano.

Esse valor poderia ter sido aplicado em produtos de saúde, aquecimento e materiais para as escolas, reforço pontual de pessoal nos lares, escolas e hospitais, ou apoios sociais para quem está em isolamento ou perdeu o rendimento.

Esta contenção orçamental é um caso extremo na Europa. Portugal é dos países da Zona Euro que em 2020 e 2021 menos gastam a contrariar os efeitos da pandemia. O preço dessa opção é pago em pobreza, desigualdades e degradação dos serviços públicos.

Nas negociações com o Bloco, o governo recusou apoios sociais mais fortes em 2021, medidas efetivas de reforço do SNS ou maior alcance para o subsídio de risco aos profissionais da linha da frente. Mas o governo sabia que tinha nos cofres uma gigantesca folga financeira que permitiria essas medidas.

Se toda a esquerda tivesse sido firme, teria sido possível um orçamento a favor das prioridades que protegem o país. Em tempo de crise, esta política faz a vida das pessoas mais difícil.

PARLAMENTO APROVA DESPENALIZAÇÃO DA MORTE ASSISTIDA

O Bloco de Esquerda saúda a aprovação da despenalização da morte assistida. Um amplo movimento de unidade pela tolerância e pelo respeito dos direitos de cada pessoa soube triunfar no parlamento e, mais que isso, ganhar a grande maioria da sociedade portuguesa para esta causa. Na votação, o CDS, PCP e Chega votaram contra.



Foto: Carlos Santos, Lusa

O coordenador bloquista João Semedo, já falecido, foi o grande impulsionador deste processo de mudança.

CONTACTA-NOS: (+351) 213 510 510 | bloco.esquerda@bloco.org

SEDE NACIONAL: R. da Palma, 268 | 1100-394 Lisboa | Portugal

CONTACTA-NOS: (+351) 213 510 510 | bloco.esquerda@bloco.org

SEDE NACIONAL: R. da Palma, 268 | 1100-394 Lisboa | Portugal

200 mil precários despedidos.

mais pobres e jovens são mais afetados pelo despedimento são mais afetados pelo despedimento.

mais de metade dos restaurantes em situação de insolvência.

salários portugueses sofreram a maior queda na Europa.

O regresso dos Estados Unidos da América ao Acordo de Paris, graças à derrota de Donald Trump nas presidenciais norte-americanas, pouco nos diz sobre o futuro. Os governos continuam a fazer de conta que, se o acordo de Paris fosse cumprido, isso bastaria. Não é verdade - e nem esses objetivos, insuficientes, a Europa quer cumprir. É urgente a criação e reconversão de empregos para salvar o clima e tornar sustentáveis a produção, o transporte, o consumo e a mobilidade.

Tornado invisível pela crise pandêmica, a criminoso gestão da crise humanitária no Mediterrâneo agravou-se, expondo a hipocrisia humanitária de uma União Europeia que não se contribuir dos mais exemplos internacionais, financiando campos de concentração às suas portas e secundarizando a coesão para dar prioridade à projeto de uma Europa fortaleza, militarizada.

Quem tem de cuidar de pessoas idosas ou dependentes cujos centros de dia estão encerrados tem de ser apoiado. O apoio domiciliário tem também que ser garantido em todo o território.

O governo deve voltar atrás na sua recusa de uma prestação que garanta que ninguém fica abaixo do limiar da pobreza. Os apoios previstos no orçamento do Estado são insuficientes e devem ser aumentados desde já.

No pagamento de rendas e hipotecas, bem como de bens essenciais (água, eletricidade, gás).

A começar nos lares, escolas e outros equipamentos sociais e locais de risco acrescido.

É urgente a distribuição dos computadores e ligações à internet para todos os estudantes.

Começando pelo pré-escolar e primeiro ciclo.

Atualização do levantamento da população com direito a ação social escolar e apoio alimentar nas escolas.

O SNS poderia responder melhor aos doentes Covid e não-Covid se tivesse os hospitais e profissionais do setor privado à sua disposição e a preços de custo. Em vez disso, o governo permite que o privado continue a vender tratamentos não urgentes enquanto há doentes prioritários do SNS com cuidados adiados.

Os grupos privados da Saúde querem absorver boa parte das atuais respostas do SNS e do seu financiamento. Sem carreiras mais atrativas, continuaremos a perder médico, enfermeiros e auxiliares para o privado e para a emigração.

É preciso libertar as equipas de família para a atividade dos cuidados primários.

Com vista a permitir o desdobramento dos espaços.

No orçamento para 2021 ficou previsto o prolongamento dos subsídios de desemprego que terminassem em 2021. Mas 22 mil desempregados foram deixados para trás, porque os seus subsídios terminaram no final do ano passado. Em aflição, esses trabalhadores contactaram-se pelas redes sociais, recolheram rapidamente 4000 assinaturas que entregaram em petição ao Parlamento e o Bloco apresentou uma proposta para os abranger naquele apoio. O governo acabou por recuar e assegurar que estas pessoas serão apoiadas por mais seis meses.

O que se conhece do plano de reestruturação da TAP indica uma brutal diminuição da empresa. Despedimento de tripulantes de cabine, trabalhadores de manutenção e engenharia, serviços centrais e pilotos. Está prevista também uma redução de 25% de todos os salários a partir de 1300 euros. Serão vendidos aviões e cortado um terço das rotas atuais. O governo decidiu encolher a TAP de tal modo que poderá torná-la pequena demais para ser viável, quando a atividade retomar.

A Comissão Europeia quer impor uma reestruturação como aquelas que já acabaram com várias companhias aéreas. A opção do governo é um risco para o país: o Estado paga o prejuízo, corta salários e reduz o emprego para, no fim, entregar a TAP à companhia aérea alemã, a Lufthansa. O próprio Presidente da República já se refere em público a essa futura “parceria”.

Portugal precisa da TAP pública, companhia de bandeira ao serviço da economia, da coesão territorial e das comunidades portuguesas. Uma empresa que deixe para trás os métodos da gestão privada que a prejudicaram e que e adapte ao momento atual sem perder a capacidade de responder às necessidades do país no futuro.